

**Jean Carlos Dias**  
**Bernardo Augusto da Costa Pereira**

# **ANÁLISE ECONÔMICA**

## **do Processo Civil Brasileiro**

**2ª edição**

Revista, atualizada e ampliada

2021

 **EDITORA**  
**JusPODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca CEP: 03113-010 São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 2.ª edição.

5355s Dias, Jean Carlos.  
Análise econômica do processo civil brasileiro / Jean Carlos Dias e Bernardo Augusto da Costa Pereira. São Paulo: Ed. JusPodivm, 2021.  
160 p.

Bibliografia.  
ISBN. 978-65-5680-544-3

1. Processo civil Aspectos econômicos. 2. Análise econômica do direito. 3. Direito e economia. I. Título.

09-3954.

CDD 347.91/.95

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b><i>Capítulo 1</i></b>	
<b>AS TÉCNICAS DE DISSUAÇÃO (SANÇÕES ECONÔMICAS E PRISÃO) POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>27</b>
1.1. Apresentação do problema.....	27
1.2. A técnica da dissuasão – <i>deterrence</i> .....	28
1.3. A aptidão do processo judicial para alcançar o efeito econômico dissuasório.....	31
1.4. A correta percepção judicial a respeito da exigência de pagamento da multa .....	36
1.5. Os meios econômicos de dissuasão da jurisprudência do superior tribunal de justiça .....	38
1.6. Os meios não-econômicos de sanção, as tutelas executivas atípicas. O caso da prisão, na jurisprudência do superior tribunal de justiça .....	41
1.7. Conclusão .....	46
<b><i>Capítulo 2</i></b>	
<b>COMO A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL E A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA ESTIMULAM A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ .....</b>	<b>47</b>
2.1. A exposição do problema .....	47
2.2. Que dados compõem a estratégia processual frente à possibilidade de uma sanção econômica? .....	49
2.3. Analisando economicamente a condenação por litigância de má-fé no sistema processual civil brasileiro.....	51
2.4. A taxa de recorrência da aplicação das sanções por litigância de má-fé no superior tribunal de justiça.....	54
2.5. Conclusão .....	55

**Capítulo 3**

<b>A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E A PRODUÇÃO DE PROVAS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....</b>	<b>57</b>
3.1. Exposição do problema.....	57
3.2. A exposição das provas e os custos sociais.....	58
3.3. A audiência preliminar (cpc-73) era um meio adequado de intercâmbio de informações? O saneamento e organização do processo trazido pelo cpc-2015 aprimoraram o sistema? .....	60
3.4. Conclusão.....	65

**Capítulo 4**

<b>A ANÁLISE ECONOMICA DOS CUSTOS DO PROCESSO .....</b>	<b>67</b>
4.1. Introdução.....	67
4.2. Os sistemas de pagamento das custas.....	68
4.3. As demandas regulares .....	68
4.4. As demandas frívolas.....	69
4.5. O custo social das demandas frívolas e os incentivos envolvidos.....	70
4.6. O acordo de compromisso .....	71
4.7. O sistema do código de processo civil.....	72
4.8. Conclusões.....	73

**Capítulo 5**

<b>A ANÁLISE ECONOMICA DOS JULGAMENTOS SEGMENTADOS .....</b>	<b>75</b>
5.1. Apresentação do problema.....	75
5.2. Julgamentos subjetivamente segmentados.....	76
5.3. Julgamentos objetivamente segmentados.....	78
5.4. Conclusões.....	84

**Capítulo 6**

<b>A TRANSAÇÃO COMO ALTERNATIVA À DEMANDA - ANÁLISE ECONÔMICA .....</b>	<b>87</b>
6.1. A exposição do problema .....	87
6.2. O modelo de crenças exógenas.....	88
6.3. O modelo de informação assimétrica.....	89
6.4. A aversão ao risco e efeito dotação .....	92
6.5. A transação do direito processual civil brasileiro.....	95
6.6. Conclusões.....	97

**Capítulo 7**

<b>A ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS .....</b>	<b>99</b>
7.1. A apresentação do problema .....	99

## SUMÁRIO

7.2. A verticalização das decisões judiciais no brasil.....	100
7.3. A técnica dos precedentes e seus efeitos sobre as decisões de interposição de demandas .....	103
7.4. A crítica à verticalização.....	107
7.5. Conclusões.....	108

**Capítulo 8**

<b>OS JUÍZOS DE PROBABILIDADE NA CONCESSÃO DE TUTELAS PROVISÓRIAS LIMINARES.....</b>	<b>111</b>
--	------------

8.1. Apresentação do problema.....	111
8.2. A tipologia das tutelas provisórias no processo civil brasileiro.....	111
8.3. Analisando os juízos hipotéticos.....	114
8.4. Conclusões.....	116

**Capítulo 9**

<b>A CORREÇÃO JUDICIAL NA FORMULAÇÃO DA DEMANDA – A CONDENAÇÃO EM PARCELA NÃO REQUERIDA.....</b>	<b>117</b>
--	------------

9.1. Apresentação do problema.....	117
9.2. O fundamento do princípio da adstrição.....	118
9.3. A alteração judicial do pedido .....	120
9.4. Conclusões.....	125

**Capítulo 10**

<b>AS DECISÕES JUDICIAIS EM QUESTÕES AMBIENTAIS - FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE ECONÔMICA .....</b>	<b>127</b>
--	------------

10.1. Introdução.....	127
10.2. A natureza do direito ao meio ambiente e a ação estatal .....	127
10.3. Decisão judicial e meios de concretização .....	130
10.4. Decisão judicial e externalidades negativas .....	133
10.5. Os princípios da prevenção e da precaução.....	136
10.6. Conclusão.....	138

**Capítulo 11**

<b>O PROCESSO CIVIL AMBIENTAL: A RESPONSABILIDADE POR DANOS ACIDENTAIS SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A ABORDAGEM DE LEONARD HAND.....</b>	<b>141</b>
---	------------

11.1. Apresentação do problema.....	141
11.2. A culpa em sentido estrito e a fórmula de hand.....	142
11.3. Atribuição de reponsabilidade nos danos acidentais e a análise econômica no caso de negligência .....	146
11.4. Os princípios prudenciais e a responsabilidade ambiental objetiva .....	148
11.5. O nexa de causalidade e responsabilidade objetiva.....	150

11.6. A fórmula de hand pode ter efeito na estipulação da indenização?.....	151
11.7. Conclusão .....	154
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>155</b>